

O ENSINO DE PROJETO INTEGRADO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A MUDANÇA NO *HABITUS*

Daniel Medeiros de Freitas¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n35p70

Resumo

A necessária integração conceitual e instrumental entre o projeto de edificações e o planejamento do espaço urbano é, de um lado, um desafio recorrente no debate sobre a formação dos arquitetos urbanistas. Por outro lado, o contexto de intensificação da ação do capital sobre a forma urbana em diferentes frentes, sobretudo por meio de Grandes Projetos Urbanos, demanda a problematização da forma urbana autoral e fechada e o modo como esta é abordada na estrutura curricular dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo. Este artigo se insere nessa lacuna por meio da análise da disciplina *Projeto Integrado de Arquitetura e Urbanismo*, na qual os alunos desenvolvem intervenção construída na interface entre o campo da arquitetura e do planejamento urbano. Foram analisados registros das bancas de avaliação e o memorial descritivo dos projetos,

1. Arquiteto pela PUC Minas, especialista, mestre e doutor em Urbanismo pela UFMG. Professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: danielmedeirosdefreitas@gmail.com

complementados por notas de aula ao longo de experiência docente na disciplina entre 2012 e 2015. A análise recorre ao conceito bourdiano de *habitus*, com ênfase no papel desse tipo de disciplina na sua construção e consolidação. O artigo aponta as dificuldades de integração entre escalas e discute como essa situação pode estar contribuindo, em vez de reverter, para a produção de projetos arquitetônicos cada vez mais desarticulados com a leitura do lugar, de formas urbanas fechadas, espetacularizadas e reprodutoras dos processos de acumulação e segregação socioespacial.

Palavras-chave: Projeto integrado de arquitetura e urbanismo. Ensino de projeto. Projeto de arquitetura. Planejamento urbano. Desenho urbano.

TEACHING ARCHITECTURE AND URBANISM INTEGRATED PROJECT AND THE CHANGE OF HABITUS

Abstract

The conceptual and instrumental integration between building design and urban space planning is a recurring challenge in the debate about the training of architects. On the other hand, the intensification of capital action over urban form, on different fronts, especially through Large Scale Urban Projects, demands the problematization of the project of urban forms in the curricular structure of the courses degree in architecture and urbanism. The article explores this gap through the analysis of the discipline *Integrated Project of Architecture and Urbanism*, in which the students develop intervention built in the interface between the field of architecture and urban planning. In order to do so, we analyzed the records of the evaluation banks and the descriptive memorial of the projects, complemented by lecture notes throughout the teaching experience in the discipline between 2012 and 2015. The analysis uses the Bourdian concept of *habitus*, with an emphasis on the role of this type discipline in its construction and consolidation. The article points out the difficulties of integration between scales and discusses how this situation may be contributing, instead of reversing, to the production of architectural projects increasingly disarticulated with the reading of the place, and of urban forms closed, spectacularized and reproductive of the processes accumulation and socio-spatial segregation.

Keywords: Integrated Project of Architecture and Urbanism. Architecture project studio. Urban planning. Urban design.

LA ENSEÑANZA DE DISEÑO INTEGRADO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO Y EL CAMBIO EN EL HABITUS

Resumen

La necesaria integración conceptual e instrumental entre el proyecto de edificaciones y la planificación del espacio urbano es un desafío recurrente en el debate sobre la formación de los arquitectos urbanistas. Por otro lado, el contexto de intensificación de la acción del capital sobre la forma urbana, en diferentes frentes, sobre todo por medio de Grandes Proyectos Urbanos, demanda la problematización de la forma urbana autoral y cerrada y el modo en que ésta es abordada en la estructura curricular de los cursos de graduación en arquitectura y urbanismo. El artículo se inserta en esa laguna por medio del análisis de la disciplina Proyecto Integrado de Arquitectura y Urbanismo, en la cual los alumnos desarrollan intervención construida en la interfaz entre el campo de la arquitectura y la planificación urbana. Para ello, se analizaron los registros de las bancas de evaluación y el memorial descriptivo de los proyectos, complementados por notas de clase a lo largo de experiencia docente en la disciplina entre 2012 y 2015. El análisis recurre al concepto bourdiano de *habitus*, con énfasis en el papel de ese tipo de disciplina en su construcción y consolidación. El artículo apunta las dificultades de integración entre escalas y discute cómo esa situación puede estar contribuyendo, en vez de revertir, a la producción de proyectos arquitectónicos cada vez más desarticulados con la lectura del lugar, y de formas urbanas cerradas, espectacularizadas y reproductores de los procesos de acumulación y segregación socio espacial.

Palabras-claves: Proyecto Integrado de Arquitectura y Urbanismo. Estudio de proyecto de arquitectura. Planificación urbana. Diseño urbano.

Introdução

No Brasil, as diretrizes curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo enfatizam o perfil generalista do profissional “com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis” (BRASIL, 2006). Tal recomendação se materializa em uma formação e atuação profissional que, em diversos momentos, persegue a construção de articulações entre campos disciplinares complexos, incluindo o da tecnologia construtiva, da produção do espaço urbano, da economia, da política, do meio ambiente e da cultura.

Desenvolve-se aqui uma reflexão localizada na interface entre a experiência docente na disciplina *Projeto Integrado de Arquitetura e Urbanismo* (PIAU) – voltada para a aproximação entre os campos do projeto arquitetônico e do planejamento urbano – e uma pesquisa dedicada a desvelar o campo de poder que estrutura a produção dos Grandes Projetos Urbanos (GPU) – setor da produção do espaço urbano no qual essa questão se materializa em maior intensidade e contradição. Sobre este último aspecto, a pesquisa define o conceito de GPU e o papel dos agentes de projeto e planejamento da seguinte forma:

Grandes Projetos Urbanos são rupturas na produção do tecido urbano, concebidas como formas fechadas, em escala superior à tradicionalmente praticada no local, gerando, através de hegemonia do projeto em detrimento do plano de longo prazo, objetos icônicos que abrigam atividades restritas e homogêneas. Estes objetos são determinados por heranças históricas agravadas por recentes inflexões na economia global e pelo alinhamento entre Estado e capital, contexto permeado por paradigmas hegemônicos de produção da forma urbana e mediado por um grupo de agentes, cuja hierarquia é estruturada pelo atendimento a estas mesmas determinações. Agentes de planejamento urbano, mais do que escravos desse contexto, têm papel fundamental na sua manutenção e, portanto, na produção de formas urbanas que inviabilizam uma cidade justa. No entanto, ao mesmo tempo, são os agentes que potencialmente mais poderiam contribuir para sua desestabilização e resistência (FREITAS, 2016, p.362).

Sobre a disciplina PIAU, o artigo retoma notas e reflexões recolhidas em sala de aula entre 2012 e 2015 para avançar no debate sobre os desafios e limitações de integração entre os campos de arquitetura e urbanismo, considerando tanto os aspectos internos a cada campo quanto os aspectos relacionais entre os campos e destes com outros campos determinantes da forma urbana. Nesse percurso se dará maior destaque ao papel dos arquitetos e urbanistas de prática projetual e à caracterização do conceito bourdieano do *habitus* desses agentes (BOURDIEU, 1996; 2004). Importa identificar o modo como esse *habitus* vem sendo

consolidado ao longo da formação acadêmica dos alunos para ser, mais tarde, modificado diante de situações, restrições e escolhas tomadas ao longo da vida profissional, resultando de uma combinação entre a formação acadêmica, a biografia social e a herança cultural de cada agente.

O conceito de *habitus* descreve o sistema de disposições socialmente adquiridas (produzidas pela interiorização das estruturas sociais) na experiência prática do indivíduo, orientadas para sua ação dentro do campo. Essas disposições, mais flexíveis que determinísticas, funcionam como uma espécie de princípio unificador entre agentes (ou grupos de agentes), que, no espaço social de diferenciações, retraduz a posição no campo de poder em um conjunto de escolhas. Dito de outra forma, o *habitus* seria uma “racionalidade prática adquirida mediante interação social” (THIRY-CHERQUES, 2006), que se converte em um princípio de ação estruturado, e ao mesmo tempo estruturador, da interação entre agentes.

A reflexão está organizada em três partes. A primeira discute a experiência docente por meio da proposição de uma classificação das abordagens e reações dos alunos ao problema colocado pela disciplina, destacando os pontos de conflito e os critérios projetuais e de avaliação. A segunda parte sistematiza e contextualiza a integração entre os campos disciplinares da arquitetura e o do urbanismo, tal

como se apresentam na disciplina e na maior parte dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo brasileiros. A terceira parte retoma o conceito de *habitus* e o papel central que exerce na necessária construção de novas posturas de projeto da forma urbana e arquitetônica.

Experiência de integração entre arquitetura e urbanismo

A disciplina PIAU possui formato inspirado em tradicional estúdio/ateliê de projeto, em que quatro professores – dois do departamento de urbanismo e dois do departamento de projeto – orientam um tema conformado pela articulação entre uma situação urbana e um programa de atividades, da qual resulta uma intervenção ao mesmo tempo urbana e arquitetônica. Nos semestres que motivaram essa discussão foram trabalhados os seguintes temas: inserção de equipamento cultural em terreno do município de Rio Acima-MG no primeiro semestre de 2013; intervenção e edificação na região do Parque de Exposições da Gameleira em Belo Horizonte MG no segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014; e inserção de uma Estação Multimodal no bairro São José, Belo Horizonte-MG, no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015.

A disciplina explora tanto as interfaces conceituais entre o campo da arquitetura e o do urbanismo quanto instrumen-

tais, ou seja, as capacitações necessárias para transpor o diálogo do plano das ideias para soluções projetuais. Para tal, e esse pode ser considerado um dos primeiros conflitos observados, os docentes buscam equilibrar a tensão entre a definição de um restrito conjunto de produtos mínimos exigidos (percepções de campo, diagnósticos setoriais, plano de intervenções e projetos arquitetônicos) com um amplo leque de possibilidades analíticas e propositivas importadas do contato dos alunos com outras disciplinas, entre outras práticas como práticas de gestão, ativismo, urbanismo tático, interfaces tecnológicas e práticas extensionistas.

Com o objetivo de construir um retrato do cotidiano da disciplina, o Quadro 1 sintetiza uma classificação formulada a partir de seis situações-tipo recorrentes, atrelando as estratégias formuladas pelos alunos, os produtos resultantes e os critérios de avaliação. Como pode ser observado, os trabalhos são formulados por meio de duas etapas, uma primeira, em grupo de quatro alunos, da qual resulta o plano urbano de intervenções; e uma segunda, em dupla, da qual resulta o detalhamento da intervenção em escala urbana e arquitetônica. Em tempo, a avaliação é o momento principal de legitimação das capacidades de articulação e produção do aluno, no qual ele acumula ou perde capital cultural objetivado, testa seu capital corporificado e confirma ou tece parte de suas redes sociais, conforme será

retomado na terceira parte deste artigo. Os símbolos (+) e (-) indicam a qualidade e/ou pertinência do produto em relação ao que é usualmente demandado em cada fase da disciplina, afetando a avaliação definida pelos docentes ao longo de três bancas intermediárias.

78

ITEM ANALISADO	PLANO MESTRE A (Grupo com duas duplas)		PLANO MESTRE B (Grupo com duas duplas)		PLANO MESTRE C (Grupo com duas duplas)	
Conceito urbano	Alunos consideram necessária a criação de uma centralidade a partir do desenvolvimento da economia, atração de novos investidores e parâmetros urbanos mais permissivos como estratégia.		Alunos consideram que a questão central é a falta de qualidade dos espaços públicos de convívio, o alto impacto da especulação imobiliária em curso e a má solução do sistema viário de conexão regional.		Os alunos consideram que o bairro possui vitalidade, ameaçada pela descaracterização entre as grandes obras viárias recentes e o favorecimento da especulação imobiliária. A solução estaria na identificação e reativação de redes de economia local.	
Uso e ocupação do solo	Delimita área de maior adensamento (+) e com fachada viva (+).		Mantém coeficiente (-) e cria área de estímulo a determinados usos (+).		Cria parâmetro para fachadas vivas (+) e comércio local (+).	
Dinâmica imobiliária	Faz analogia da região com operações urbanas sem estudar local (-).		Identifica tendência imobiliária e busca reverter (+).		Critica a especulação, mas não identifica agentes (-).	
Perfil da população	Identifica baixa renda (+), mas não avalia potencial gentrificação (-).		Identifica perfil de renda (+), associa com tipologia (-), mas não propõe (-).		Identifica redes (+), perfil comercial (+) e percepção moradores (+).	
Legislação urbana	Adensamento (-) e cita, sem analisar, as Operações Urbanas (-).		Delimita ADE (+), mas não define diretrizes (-). Adota lei vigente (-).		Não altera legislação (-) e propõe participação sem definir modelo (-).	
Sistema viário	Grandes obras de infraestrutura de alto impacto (-).		Poucas obras com maior benefício (+). Não discute modais (-).		Dá privilégio ao pedestre (+), mas não resolve conflito viário (-).	
Meio Ambiente	Intervenções estruturais de grande escala (+).		Áreas de preservação (+) e recuperação; hidrografia original (+).		Identificação de áreas vazias (+) e de preservação (+).	
Obras análogas	Operação urbana em contexto diferente (-).		Grande edifício com mesmo programa (+).		Urbanismo tático descontextualizado (+).	
ITEM ANALISADO (resumo)	DUPLA A1	DUPLA A2	DUPLA B1	DUPLA B2	DUPLA C1	DUPLA C2
Projeto de espaço urbano	Formalista (-) e sem detalhe (-)	Limitado ao lote (-) projeto (+)	Parque e entorno bons (+)	Somentente entorno (-)	Boas intervenções pontuais (+)	Intervenções de má qualidade (-)
Projeto de arquitetura	Boa setorização e forma (+)	Detalhado (+) bem inserido (+)	Boa setorização e forma (+)	Mal resolvido (+)	Fragmentado em ações pontuais (+)	Pontual, mas mal resolvido (-)
Conceito arquitetônico	Projeto isolado (-)	Definido pelo entorno (+)	Projeto estratégico (+)	Definido pelo entorno (+)	Potencializar ocorrências (+)	Projeto isolado (-)
Avaliação (conceito) Ver justificativa.	C	B	A	B	A	C

Quadro 1 | Seis situações-tipo observadas na disciplina PIAU.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando a capacidade dos alunos de articular, no curto espaço de um semestre, as questões conceituais e instrumentais, a avaliação das seis situações-tipo de projeto poderia ser justificada da seguinte forma: a dupla A1 teve desempenho ruim na disciplina, porque parte de um instrumento desenvolvimentista sem problematizar seus efeitos e, embora chegue ao fechamento da equação de viabilidade e desenvolva um bom projeto de arquitetura, peca na inserção urbana equivocada e no projeto de espaços externos de transição limitada entre o objeto e seu local de inserção; a dupla A2 parte do mesmo conceito urbano e também ignora os efeitos do instrumento operação urbana, no entanto, mesmo atuando em escala limitada de projeto urbano, consegue entender as condicionantes locais no partido arquitetônico e avança no detalhamento de um projeto bem inserido no entorno; já a dupla B1 parte de um plano mestre mediano, que entende a área, mas não os instrumentos para sua modificação e chega a um bom projeto urbano e arquitetônico que, pelo caráter estratégico, consegue compensar a deficiência do plano urbano; a dupla B2 parte do mesmo plano urbano, mas avança pouco no projeto, embora compreenda o papel do lugar na concepção da arquitetura; finalmente, a dupla C1 parte de um bom conceito urbanístico e domínio crítico, mas possui pouco conhecimento sobre o cotidiano do planejamento urbano, ainda que, na etapa de projeto, apresente produtos compatíveis com o conceito. A dupla C2 parte do mesmo

referencial de plano mestre, mas não consegue dar materialidade (ou produto equivalente) às diretrizes, recaindo, com atraso, na solução arquitetônica de qualidade insuficiente e isolada do entorno.

Ainda que o exercício acima, descolado do detalhamento dos casos que geraram a tipificação apresentada, assumia um caráter demasiadamente abstrato para aprofundar a discussão projetual, é possível utilizá-lo como indicador para a dificuldade dos estudantes em reagir aos desafios de uma integração que, ao longo da formação, lhes é oferecida de modo desarticulado e com sombreamentos, descontinuidades e hiatos, argumento desenvolvido a seguir.

80

Desafios da integração conceitual e instrumental

A tradição generalista dos cursos de Arquitetura e Urbanismo estrutura o currículo de modo a abranger, ao mesmo tempo, o ensino de uma prática, o ensino de uma reflexão sobre essa prática e o ensino dos campos disciplinares próximos. Nessa conformação, pode-se dizer que, grosso modo, as disciplinas orbitam entre dois polos: o objeto arquitetônico e o objeto urbano, ora de modo direto (ensino de projeto e análise da cidade, etc.) ora de modo complementar (cálculo estrutural, conforto ambiental, topografia, teoria urbana etc.), abrangendo um amplo conteúdo con-

ceitual e instrumental. O Quadro 2 sistematiza o conteúdo mais diretamente mobilizado pelo escopo da disciplina PIAU a partir da escala de intervenção.

Escala	Interfaces conceituais	Interfaces instrumentais
Escala da edificação	Discute-se a necessária revisão dos pressupostos de projeto da escola modernista (em grande medida incorporados pela prática profissional), incluindo: (a) adequação do projeto ao lugar em sentido amplo, materializada, por exemplo, no respeito às características topográficas, climáticas, tecnológicas, ambientais, culturais e sociais; (b) os diálogos transdisciplinares que a arquitetura contemporânea propõe, por exemplo, com as artes, antropologia, filosofia e novos sistemas informacionais; (c) a compreensão do projeto enquanto estrutura espacial que molda e é moldado por relações sociais e, por isso, produto e produtor da manutenção ou reversão da segregação socioespacial; e (d) o reconhecimento de novas práticas insurgentes de produção da arquitetura (HOUSTON, 1996), materializadas em projetos abertos, estruturas efêmeras, ativismo, entre outros.	Reconhecimento de que o desenho projetual cumpre dupla função: (a) instruções para construção e (b) simulação de experiência pré-construção. No entanto, trata-se de setor que vem sendo desestabilizado por dois fatores: (a) o amadurecimento dos modelos inteligentes de construção e inserção de softwares especialistas de auxílio ao projeto; (b) a crítica ao projeto como produto fechado e busca por novas modalidades de cartografias espaciais, processos diagramáticos, mapeamento de redes sociais e maior rigor no reconhecimento de agentes, uso de aplicativos de interação informacional. Situação polariza debate entre a defesa do papel e ensino do desenho como instrumental básico para formação, e a defesa de ampliação de suas possibilidades de representação da realidade existente e proposta.
Escala do desenho urbano e do paisagismo	Conceito influenciado pelo (a) contato cada vez mais facilitado ao vocabulário internacional e intercâmbio de obras análogas que influenciam soluções descontextualizadas e/ou excessivamente formalistas ou a confusão entre processo e produto; (b) debate fundamentado na crítica ao funcionalismo, sobretudo, reconhecimento do cotidiano, leitura do lugar e valorização de escalas pontuais de atuação.	A representação é agravada pela falta de compreensão e manipulação da topografia, representação de espaços externos e limitado conhecimento de soluções técnicas para projeto paisagístico, limitações que condicionam opção pelo abandono do desenho técnico nesta escala e, mais grave, limita as estratégias de projeto sem propor métodos e espaços de qualidade.
Escala do projeto de espaço urbano	Conceito influenciado pelo campo da morfologia urbana e sintaxe espacial, sobretudo leitura e proposição da paisagem, estrutura urbana e tipologias arquitetônicas (LYNCH (2010), JACOBS (2000), LAMAS (1990), KRIEGER E SAUNDERS (2009), etc.). Há influência de conceitos técnicos sobre (a) mobilidade urbana, hierarquia viária, função na conexão regional, modais de transporte e política do setor, amparada por diagnósticos municipais e literatura especializada; e (b) meio ambiente, sobretudo características naturais da região, sistema hídrico, drenagem do solo, isolamento, ventilação e infraestrutura, amparado por diagnósticos municipais e textos de geografia física. São citados também conceitos de uso e ocupação do solo urbano, sobretudo a distribuição de centralidades, a legislação urbana, o perfil socioeconômico da ocupação e o reconhecimento dos agentes que produzem e ocupam o espaço urbano.	Instrumental frágil com pouca capacidade de produzir mapeamentos e domínio de ferramentas SIG, sobretudo, utilização de dados censitários, modelo digital de terreno e retificação de imagens aéreas. Mesmo fora das aplicações SIG, há pouca intimidade com a cartografia, sobretudo, produção de mapas síntese. A situação é agravada em relação ao projeto geométrico de vias e conhecimento da normatização existente no setor. Quando se busca a leitura da paisagem, o estudo parte da percepção (geralmente utilizando mapas mentais), mas não avança na percepção dos moradores. Agrava essa situação o pouco tempo para realização e reflexão sobre essa etapa de conhecimento da área de estudo, criando uma simulação expressa de um processo que na prática seria muito mais longo e multidisciplinar.
Escala do planejamento urbano	Conceito se alimenta de duas fontes: (a) as práticas vigentes de planejamento, em grande medida orientadas pelo Estatuto da Cidade, incluindo a discussão dos instrumentos urbanísticos, dos processos participativos e da política urbana municipal; e (b) radicalização da crítica à urbanística neoliberal, que inclui a discussão da assimetria de poder entre agentes na produção do espaço e a afirmação de resistências contra a parceria Estado/Capital. Nos cursos de arquitetura, esse referencial é geralmente importado de modo fragmentado e sem a devida profundidade ou rigor, o que leva à utilização instrumental, descolada ou ingênua dos conceitos. No PIAU, essa situação gera dois impactos: (a) alunos menos atentos à teoria abraçam solução "burocrática" de projeto; (b) conversão da teoria em esquema panfletário e de afirmação de vanguardismo ou postura de resistência.	O planejamento urbano demanda um tipo específico de instrumentação voltado para o entendimento e aplicação de instrumentos técnicos de uso e ocupação do solo urbano (parâmetros urbanísticos para construções, operações urbanas, estímulo a usos do solo, intervenções no sistema viário, estudos de impacto ambiental e de vizinhança, entre outros) que exige compreensão de suas motivações, crítica e capacidade de aplicação, aspectos que os alunos dominam de modo desigual e, quase sempre, desvinculados de experiência prática.

Quadro 2 | Problemas de interface conceitual e instrumental de acordo com a escala de projeto. Fonte: Elaborado pelo autor.

A desigual assimilação e manipulação dos conceitos e do instrumental resulta em um conjunto de desafios a ser enfrentado ao longo da disciplina PIAU, sistematizados a seguir por meio da seguinte sequência: (a) o posicionamento inicial do aluno em relação aos referenciais conceituais da teoria urbana e inserção do objeto arquitetônico; (b) a elaboração do plano urbano de intervenções; (c) o projeto do espaço urbano; (d) o projeto do espaço arquitetônico.

Inicialmente, sobre o posicionamento em relação à teoria urbana e arquitetônica, a observação do discurso dos alunos em bancas e memoriais descritivos permite identificar as posturas apresentadas no Quadro 3. Esse posicionamento inicial do aluno, mesmo quando não sistematizado por ele durante a fase inicial do processo de projeto, possui grande influência sobre as diretrizes iniciais do plano urbano e, conseqüentemente, sobre o diálogo que o objeto arquitetônico terá com a área de intervenção. Nesse sentido, trata-se de uma opção inicial, pouco problematizada, que pode alimentar a ruptura entre os dois campos e entre edifício e cidade.

Posicionamento em relação à teoria urbana	Posicionamento em relação à teoria de inserção da arquitetura
Visão desenvolvimentista do planejamento;	Objeto concebido de modo isolado;
Visão tecnicista e apolítica do planejamento;	Objeto concebido a partir de uma postura estratégica em relação ao seu entorno, ou seja, com intenção de modificar o local;
Visão politizada do planejamento acompanhada de tentativas de maior eficiência e menor distorção dos instrumentos;	Objeto concebido a partir de postura contextualista, ou seja, com intenção de absolver e potencializar sua peculiaridade;
Visão crítica do planejamento enquanto instrumento de dominação, acompanhada do reconhecimento de insurgências.	Objeto tático, exploratório, que articula e potencializa situações do entorno sem unidade funcional, formal ou técnica.

Quadro 3 | Posturas de posicionamento dos alunos em relação à teoria urbana e de inserção da arquitetura. Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o segundo conjunto de desafios, a elaboração do plano urbano de intervenções ou produto equivalente proposto e justificado pelo aluno, lida com um amplo escopo definido no plano de aula da disciplina, mas vem produzindo estudos fragmentados e excessivamente generalistas dos subtemas, não resultando em uma leitura articulada do lugar. Considerando as observações formuladas pelos professores ao longo do extenso volume de bancas de avaliação, foi possível listar no Quadro 4 seis grupos de expectativas sobre o escopo dessa etapa de trabalho.

	Situação urbana existente	Situação urbana proposta
Uso e ocupação do solo	Avaliação de tipologias predominantes e fatores que levaram a elas; distribuição de usos e centralidades; relação entre o uso e a ocupação e as condições topográficas do sítio; as tendências de uso e ocupação da região; papel da legislação vigente.	Espera-se que o Plano Mestre articule os instrumentos urbanos adequados para transformar a situação existente em situação proposta (tipo de uso, parâmetros de ocupação, operação urbana, área de diretrizes especiais, intervenções no parcelamento etc.).
População	Identificação de agentes que estruturam o espaço e sua distribuição no espaço; compreensão das estratégias de inclusão e participação em resposta aos riscos de gentrificação, assimetria de poder, decisão vertical e beneficiamento excessivo de agentes dominantes.	Articulação entre as propostas e as coalizões de forças observadas, buscando a construção de prognóstico realista em relação a proposição de novos zoneamentos, centralidades, equipamentos urbanos, locais de uso público, novos modos de transporte, entre outros.
Mobilidade urbana	Avaliação da estrutura existente considerando a hierarquia viária, os principais fluxos de cada modal de transporte, a articulação regional e local, a micro acessibilidade, a percepção dos moradores sobre o tema e as políticas públicas existentes.	Possibilidade de abertura ou fechamento de vias, viadutos e trincheiras, alteração de sentido de circulação e propostas de diferentes modais. Recomenda-se justificar os custos e benefícios e entender os impactos das decisões.
Meio Ambiente	Avaliação dos problemas e potenciais ambientais da área de estudo (topografia, hidrografia, insolação, ventilação, etc.) e a relação destes com a dinâmica urbana.	Articular as soluções ambientais com as intervenções urbanas e arquitetônicas (parques, recuperação de encostas e nascentes, preservação, permeabilidade do solo, soluções de drenagem, arborização de vias etc.).
Espaços livres de uso público	Compreensão da distribuição regional dos espaços, de forma pelas quais são apropriados pela população da área e dos equipamentos, mobiliários, arborização, iluminação, acessibilidade do espaço.	Entender a proposta como estrutura complementar e potencializar sua articulação com a vida cotidiana do bairro. Projetar estruturas de boa ambiência urbana, atenta aos fluxos de pedestres e facilitadoras do convívio.
Edificações	Identificar locais potenciais de inserção do objeto arquitetônico (ou equivalente) incluindo a compreensão das condicionantes projetuais definidas pelo entorno. Compreensão do impacto da edificação e sua articulação com o local.	Diretrizes para a intervenção a ser desenvolvida em escala arquitetônica, incluindo proposição de programa de atividades compatível como o tempo de projeto e com as demais diretrizes do plano de propostas.

Quadro 4 | Grupos de expectativas presentes nas bancas de avaliação sobre o escopo do Plano Mestre. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto demasiadamente ambicioso de expectativas, dificilmente compatibilizado por um único projeto, mas que permite um amplo leque de possibilidades de atendimento à demanda inicial da disciplina, termina por ressaltar a opção conceitual inicial do aluno e sua capacidade de construir uma argumentação coerente ao longo do projeto. Por outro lado, amplia o grau de incerteza dos alunos e abre espaço para conflitos e insatisfação em relação aos processos de orientação e, sobretudo, avaliação.

Sobre o terceiro conjunto de desafios, o projeto do espaço urbano do entorno imediato demanda do aluno a definição

da geometria das vias, pontos de travessia, desenho das calçadas e dos acessos ao projeto de edificação, quando existente. Espera-se nas áreas públicas a compatibilidade entre a dimensão da área e o seu programa de usos, conformando ambientes que possibilitem a apropriação e direcionem os fluxos principais, com qualidade e segurança para o pedestre, o ciclista, o tráfego de veículos e demais modais de transporte. Espera-se, também, a solução dos níveis de altimetria do espaço externo, a previsão de taludes, arrimos, rampas, passarelas e escadas, bem como a distribuição do mobiliário urbano de maior relevância (ponto de ônibus, bicicletário, banheiro público, entre outros). Conforme apontado anteriormente, o principal desafio vem sendo o hiato conceitual e instrumental observado nesta etapa e escala de projeto, gerando soluções inadequadas ou burocráticas, ou seja, que apenas reproduzem as normas e diretrizes institucionais.

Finalmente, sobre a intervenção na escala arquitetônica, espera-se resposta às diretrizes elaboradas em relação ao programa de usos, inserção urbana e efeito desejado na área de inserção. Caso seja uma edificação, seu projeto deve resolver a setorização e dimensionamento dos espaços interiores, circulações verticais, definição de acessos e fluxos, solução do volume, da cobertura e do sistema estrutural com nível de detalhamento de anteprojeto. No caso de não ser uma edificação, pode-se acordar com os

professores um produto equivalente em complexidade, o que inclui, por exemplo, detalhamento de módulos de ocupação táctica dos espaços públicos ou privados, material de interface com a população, mapeamento de redes e planos de acção, propostas de projeto-pesquisa, entre outros.

Como conclusão parcial, pode-se dizer que as situações descritas acima revelam a grande dificuldade em transpor uma opção conceitual para o projeto da forma urbana e arquitetónica no curto espaço de tempo da disciplina. No entanto, foram observadas situações em que, diante da dificuldade de articulação de conteúdo, o aluno opta por atender as demandas da disciplina de modo fragmentado e pontual, cumprindo os ritos de avaliação e entrega de produtos sem avançar na integração entre edifício e espaço urbano, reforçando uma postura de projeto e uma predisposição de tratar as questões urbanas e de inserção local como limitadores do projeto arquitetónico. Na prática profissional, obviamente, essa transposição se torna ainda mais complexa, incluindo agentes, custos, determinações e imprevistos diversos, que tendem a afastar ainda mais o ofício do “arquiteto de prancheta” do planejador urbano. Por isso, mais do que problematizar as limitações e constrangimentos dessa transposição, cabe entender como os pressupostos da formação e prática de projeto contribuem para reproduzir as condições contrárias ao vetor propositivo delineado nesta seção, tema tratado a seguir.

O papel do habitus e a necessária revisão dos pressupostos de projeto

O referencial teórico-metodológico desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu em torno do conceito de campo de poder busca o desvelamento da estrutura das relações sociais que orienta determinada prática. O autor descreve a desigual distribuição de diferentes tipos de capitais entre agentes e o modo como a disputa interna de cada campo de poder se orienta pela predisposição desses agentes para essa disputa. Essa predisposição, ou padrão de reação, compõe o que o autor chama de *habitus* que, de modo articulado à posição social do agente no campo, estrutura as “potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam” (BOURDIEU, 2004, p.10).

Ao longo da análise dos Grandes Projetos Urbanos, foi observado que a atuação de urbanistas e arquitetos visava, acima de tudo, dar legitimidade cultural ao projeto. Esse poder de legitimidade é mantido por meio de um ciclo: o agente oferece capital cultural para legitimar o GPU; quanto maior o número de GPU a que o agente se associa, maior sua visibilidade e maior seu capital cultural objetivado (projetos realizados); o que torna a escolha mais eficaz para futuras legitimações de GPU. O capital cultural objetivado garante a estabilidade do agente no campo e a manutenção

do círculo de privilégios (STEVENS, 2003), mas necessita ainda ser complementado por: (a) capitais culturais institucionais, obtidos por reconhecimento, incluindo títulos e premiações, que ampliam a visibilidade do agente e favorecem a imposição de sua representação da realidade sobre o campo; (b) capitais culturais corporificados, reforçados pelo status social desse agente e sua capacidade de transitar em círculos culturais e técnicos, reafirmando uma assinatura ou grife de fácil reconhecimento e absorção pelos demais agentes do campo; e (c) capitais culturais sociais, que representa o bom trânsito em redes sociais de alto capital político, o que favorece informações privilegiadas, capacidade de influenciar decisões, tradução de políticas em projetos de interesse, maior possibilidade de construir consensos e ampliação dos atributos técnicos e artísticos.

O papel dos arquitetos urbanistas nesse campo de poder e o modo como orientam seus interesses para a acumulação dos capitais culturais apontados consolidam sua predisposição de interação com os demais agentes que, entre outros efeitos, define sua prática de projeto e, de modo mais específico, as expectativas em relação ao diálogo entre o objeto projetado e a dinâmica de forças que orienta a produção do espaço urbano. Três aspectos precisam ser destacados nessa prática: (a) a concepção do objeto como forma completa (cuja coerência independe do local de inserção) e fechada (impermeável a modificações futuras, ou

seja, entendida como algo concluído e não em processo de contínua adaptação ao meio); (b) o caráter autoral do projeto entendido como algo arbitrado e condicionado pela visão de mundo do profissional e não pela resposta a condicionantes do lugar e dos agentes que o produzem e vivenciam; e (c) o alinhamento com agentes dominantes no campo de produção do espaço urbano (donos de terra, incorporadoras, empreiteiras, políticos, investidores, entre outros) em detrimento de reconhecimento de outros processos de produção do espaço ou insurgências, resistências e outras agendas. Trata-se, no entanto, de uma prática dissonante do discurso, no qual arquitetos e urbanistas oscilam entre duas posturas. A primeira, assumindo um argumento de “ciência pura” da profissão, no qual os atributos técnicos e formais são deslocados das determinações externas do objeto projetado (economia e política, principalmente). A segunda, um argumento de “ciência escrava” da profissão, em que o profissional internaliza as determinações e assume postura de mediação ou conformação com o papel do objeto projetado. Nos dois casos, caracteriza o *habitus* de projeto a observação formulada por Webster (2010) para quem:

Um dos resultados deste processo de socialização e aculturação é que os arquitetos passam a enxergar o mundo de modo refratado, ou interpretado, a partir de lentes arquitetônicas e como consequência eles geralmente se tornam frustrados ou intolerantes a outras

visões (público geral, construtores, pesquisas quantitativos etc.) que enxergam o mundo de modo diferente” (WEBSTER, 2010, p.25).

Nas bancas e nos produtos realizados ao longo da disciplina PIAU, esse *habitus* se materializa e se estrutura a partir do interesse dos estudantes em acumular os diferentes capitais culturais apontados anteriormente. O Quadro 5 retoma as posturas conceituais descritas anteriormente e constrói, orientado por observações qualitativas, a seguinte correspondência entre as opções conceituais do aluno e a estratégia que ele utiliza para ampliar seus capitais culturais, prática que consolida ao mesmo tempo em que é orientada pelo seu *habitus*.

Tipos de capitais culturais	Estratégia adotada para acumulação	Como afeta e é afetado pelo <i>habitus</i>
Capital cultural objetivado	Ênfase no produto final e não no processo, o que induz produção de arquitetura isolada ou estratégica. No outro extremo, produtos de caráter experimental privilegiam estética gráfica em detrimento de conteúdo. Plano urbano com diretrizes assume forma de <i>Master Plan</i> , incorporando diagramas e imagens próximas às grandes operações urbanas.	Predisposição para construção de portfólio com quantidade máxima de projetos, preferencialmente alinhado com produção de mercado e/ou de arquitetura contemporânea espetacularizadas. Direcionamento para concursos, publicações ou viabilização de projetos.
Capital cultural institucional	Entre os três tipos de capitais analisados, é o de menor interesse dos alunos, acionado somente quando existe vínculo pessoal direto do aluno com instituição pública próxima ao tema. A pouca valorização desse capital colabora para a pouca discussão sobre normalização e viabilidade das intervenções, bem como para a alienação em relação aos problemas urbanos mais próximos da realidade institucional.	Predisposição tanto para investigações acadêmicas e maior alinhamento a linha de pesquisa dos professores como para diálogos institucionais fora da academia (consultorias, setores da administração pública, etc.).
Capital cultural corporificado	Capital que, sobretudo nos cursos de arquitetura, está atrelado ao capital social e à possibilidade de articular redes por meio da formação de grupos de afinidade em relação à disciplina, mas não exclusivamente. Observa-se tendência à polarização entre visões desenvolvimentistas ou institucionais do planejamento e visões críticas e insurgentes em relação ao planejamento; ou sobre o papel da arquitetura; ou ainda revisão da prática projetual e do instrumental para sua realização.	Predisposição para polarização entre (a) postura alinhada com prática profissional, incluindo comportamento corporativo e reprodução de práticas profissionais; e (b) postura vanguardista e alinhamento com temas emergentes na academia e campo cultural.

Quadro 5 | Relação entre a aquisição de capitais e consolidação do *habitus* do aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Finalizando, pode-se aferir, a partir do que foi discutido, que a integração entre projeto de arquitetura e espaço urbano passa pela combinação entre: (a) uma ampla (e irrealista) integração conceitual e instrumental a ser compatibilizada por meio de currículo generalista de formação profissional; e (b) pela compreensão dos elementos que constituem a afirmação de um habitus de projeto da forma urbana e arquitetônica. Tal como se apresenta, foram identificados diversos riscos de fragmentação e hiatos no primeiro item e um conjunto de pressupostos que alimentam, em vez de reverter, a ruptura disciplinar no segundo. A necessária reversão desse ciclo de formação requer experimentações sobre a ampliação das estratégias de projeto da forma urbana e arquitetônica e da compreensão da produção do espaço urbano, conformando um novo vetor propositivo para a produção de uma cidade mais justa.

Nesse sentido, intervenções orientadas pela herança modernista de formas fechadas e burocráticas (HOLSTON, 1996), recentemente alinhadas com a frenética lógica de acumulação e sua tendencial produção de “cidades quebradiças” (SENNET, 2006), precisa dar lugar a experimentos projetuais alinhados à apreensão das características e dinâmicas do lugar (MASSEY, 2009). Sennet (2006) defende a articulação entre a compreensão do que chama de projeto de formas incompletas (aquelas que não se sustentam sem seu lugar de inserção); territórios de passagem (que

possuem porosidade social que possibilitem o conflito e a diversidade); e incorporação das narrativas dissonantes e possibilidades de contínua mutação do sistema de objetos e eventos. O instrumental de formação, por sua vez, assim como o referencial propositivo, precisa incorporar, discutir e avançar sobre os limites da representação e normatização, incorporando métodos diagramáticos, cartografias, inserção de atores locais, novas interfaces tecnológicas e de informação, entre outros. Desse modo, a rigidez dos produtos e métodos de avaliação precisa incorporar a ampliação do espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996) no campo do projeto de arquitetura e urbanismo, possibilitando e articulando novos métodos de leitura do lugar e novas reações e propostas à sua produção para além, inclusive, do irreal monopólio do arquiteto urbanista sobre essa produção.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiros, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N° 6, de 2 de fevereiro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências, 2006.

FREITAS, D. M. **Desvelando o campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU - Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

HOLSTON, J. Espaço da cidadania insurgente. *Revista do IPHAN*, Brasília, n. 24, p. 243-254, 1996.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

SENNET, R. **Open city**. Disponível em <<https://lsecities.net/media/objects/articles/the-open-city/en-gb>> Acesso em 01 maio 2017.

STEVENS, G. **O círculo privilegiado**: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro. n. 40, p. 27-55, jan./fev. 2006.

WEBSTER, H. **Bourdieu for Architects** (Thinkers for Architects). London: Routledge, 2010.

Recebido em: 01/11/2017

Aprovado em: 22/12/2017